

II. DELIBERAÇÕES

CÂMARA

1. APROVAÇÃO DAS ATAS N.ºs 30/2023 E 31/2023.

XIII MANDATO

ATA N.º 30/2023

Reunião ordinária pública de 23 de janeiro de 2023

Ao vigésimo terceiro dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), substituída por **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia dezassete de janeiro de dois mil e vinte e três, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

- 1. APROVAÇÃO DA ATA Nº 29 NOS TERMOS DO ARTIGO 57º DO ANEXO I DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, respetivamente: **RETIRADA DA AGENDA PARA RETIFICAÇÃO DO PONTO 4. DA ORDEM DE TRABALHOS.** -----

2. PROCESSO DISCIPLINAR.

A decisão cabe ao Executivo Municipal, no exercício da competência disciplinar, nos termos do disposto no art.º 197.º, n.º 4 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. Considerando a matéria a apreciar, a referida deliberação deverá ser tomada por escrutínio secreto, em cumprimento do n.º 3 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. **POSTA A VOTAÇÃO A PROPOSTA FOI DELIBERADA APROVAR, COM SEIS VOTOS A FAVOR E CINCO VOTOS CONTRA.** -----

3. PROPOSTA DE ELIMINAÇÃO DOCUMENTAL Nº 1/2023, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 412/2011, DE 17 DE ABRIL, ALTERADA PELA PORTARIA Nº 1253/2009, DE 14 DE OUTUBRO.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a **proposta de eliminação nº 1/2023**, dos documentos em anexo, identificados por estrutura orgânica, nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga, no âmbito do artº 14º do Regulamento do Arquivo da Câmara Municipal de Braga, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 21 de janeiro de 1993, e da Portaria nº 412/2001, de 17 de abril, que regulamenta a avaliação, seleção e eliminação de documentos das autarquias locais, bem como os procedimentos administrativos que lhe estão associados, pela Portaria nº1253/2009, de 14 de outubro”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

4. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM (SÃO PEDRO) E FROSSOS.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, a apreciação do Executivo Municipal, o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, relativo à pretensão da

desagregação da União das Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

5. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, a apreciação do Executivo Municipal, o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, relativo à pretensão da desagregação da União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe, e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

6. EMISSÃO DE PARECER – REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS - UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PAIO, PANÓIAS E PARADA DE TIBÃES. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, a apreciação do Executivo Municipal, o pedido efetuado pela Exma. Presidente da Assembleia Municipal de Braga, para efeitos de emissão de parecer, não vinculativo, da Câmara Municipal, ao abrigo da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define o Regime Jurídico de Criação, Modificação e Extinção de Freguesias e revoga a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procede à Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, relativo à pretensão da desagregação da União das Merelim S. Paio, Panóias e Parada de Tibães e a propósito da qual foi emitida informação pelo Departamento Jurídico desta Câmara Municipal, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

7. PROCEDIMENTO CPR/140/22/DCP - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do art.º 77.º da Lei n.º 73/20123, de 3 de setembro, na sua versão atual, proposta de nomeação como auditor externo das contas do Município de Braga, a sociedade de revisores oficiais de Contas G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM SROC, LDA”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO**

JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

8. PROCEDIMENTO CPI/01/23/DCP - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE NADADORES SALVADORES. Presente a seguinte proposta: “Submete-se a ratificação do Executivo Municipal de todas as propostas constantes no ponto 3.º da **informação de abertura do procedimento**, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara em 09 de dezembro de 2022, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”.
DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

9. ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NAS FREGUESIAS DE ADAÚFE E PALMEIRA. Presente as seguintes propostas: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de atribuição de topónimos: **a) Freguesia de Adaúfe: Rua Beatriz Pinheiro** (Benemérita), no Lugar da Estrada: **Início** – Rua Nossa Senhora de Fátima || **Fim** – sem saída (Parque Desportivo). **b) Freguesia de Palmeira: Rua de Chousas** – Lugar da Ortigueira/Lugar da Carvalheira **Início** – Rua Cimo de Vila || **Fim** – sem saída; **Rua da Graça** – prolongamento – Lugar da Ortigueira/Lugar da Carvalheira **Início** – Rua da Carvalheira || **Fim** – Rua Cimo de Vila; **Praça Quinta de São Tiago** - Lugar do Assento/Quinta de São Tiago **Início** – Rua a propor || **Fim** – Rua a propor; **Rua Dr. Gastão Correia (médico)**– Lugar do Assento/Quinta de São Tiago **Início** – Rua de Santo António de Pitancinhos || **Fim** – Sem saída”.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

10. EMPREITADA: “RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA CONFIANÇA” - CONCURSO PÚBLICO: CPE.01.23. DMOSM. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para **ratificação**, a decisão da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 17/01/2023, que aprova a alteração do programa preliminar e alteração/retificação do programa do concurso concernente à empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes no processo”. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO**

MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E COM A ABSTENÇÃO DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

11. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DA RUA COSTA GOMES - REAL”. Presente a seguinte proposta: “Propõe-se a **aprovação**, pelo Executivo Municipal, da fórmula de revisão de preços apresentada como contraproposta ao pedido de revisão extraordinária de preços submetido pela entidade executante, relativamente à empreitada identificada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

12. ABERTURA DE CONSULTA PÚBLICA PARA EFEITOS DE RECONHECIMENTO E PROTEÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E ENTIDADES DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL OU SOCIAL LOCAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 42/2017, DE 14 DE JUNHO - “LOJA COM HISTÓRIA”. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de atribuição da distinção de “Loja com História” ao estabelecimento “Feira das Tapeçarias”, localizado no Centro Comercial Santa Bárbara, na Rua Dr. Justino Cruz, loja n.º 26 - UF de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), para abertura de consulta pública para efeitos de reconhecimento e proteção de estabelecimentos de entidades de interesse histórico e cultural ou social local ao abrigo da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

13. PROPOSTA DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU ESPAÇO CENTRAL E RESPECTIVOS ORU E PERU. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de delimitação da ARU Espaço Central, assim como da Operações de Reabilitação Urbana correspondente e do consequente PERU, conforme disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana. Propõe-se ainda a abertura do período de discussão pública da respetiva proposta, por um prazo de 20 dias úteis, previsto no artigo 17.º do Regime Jurídico

de Reabilitação Urbana, e nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Do Território. Os projetos serão simultaneamente remetidos ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., para emissão de parecer”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

14. PROPOSTA DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU EXPANSÃO DA CIDADE E RESPETIVA ORU. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de delimitação da ARU Expansão da Cidade, assim como da Operações de Reabilitação Urbana correspondente, conforme disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana. Propõe-se ainda a abertura do período de discussão pública da respetiva proposta, por um prazo de 20 dias úteis, previsto no artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, e nos termos do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Do Território. Os projetos serão simultaneamente remetidos ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, I.P., para emissão de parecer”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

15. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO A ENTIDADE. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa à atribuição de apoio financeiro ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e da alínea c) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, à **UPE- Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano**, no valor de **2.152,50€ €**, destinado à atividade do aconselhamento a cidadãos provenientes da Ucrânia”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

16. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO/ENTIDADE - BRAGASOL. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação de apoio financeiro para pagamento de encargos de ligação à rede pública de água, nos termos do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do **Regulamento do Projeto Bragasol**

no valor de 475,00€, acrescido de IVA à taxa de 23%, em que é requerente

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

17. APOIOS FINANCEIROS – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2022/2023. Presente as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o **Município de Braga 2022/2023: a) Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, no valor

de 8.822,80€ (apoio 40% viagens-Itália); b) **Adenda ao contrato – programa, Hóquei Clube de Braga – Hóquei em Patins Sad**, no valor de 10.000,00€ (apoio pavilhão Sequeira); c) **Associação de Andebol de Braga**, no valor de 1.689,00€ (inscrições e seguro); d) **Associação de Cicloturismo BTT “Os Braguinhas”**, no valor de 2.200,00€ (provas e cronometragem; e) **Clube Desportivo Celeirós**, no valor de 2.500,00€ (nº de atletas); f) **Clube Desportivo Maximinense**, no valor de 3.000,00€ (nº de atletas); g) **Associação de Dança Desportiva Baixo Minho**, no valor de 4.538,00€ (inscrições)”.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

18. PROPOSTA DE ADENDA À DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de adenda à designação dos representantes do Município nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada, no sentido de regularizar a substituição dos elementos cessantes nos diversos conselhos gerais, bem como a substituição da Vereadora nas suas faltas e impedimentos, tudo de acordo com proposta que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

19. PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA 2023 – AGERE-EMPRESA DE ÁGUA EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA. EM. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de tarifário da Agere-Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM., a vigorar no ano de 2023, que se anexa”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, COM VOTO CONTRA DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL**

ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

20. REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA DO MUNICÍPIO DE BRAGA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, a proposta do início do procedimento de regulamentação do “Conselho Municipal de Ambiente e Ação Climática do Município de Braga”, de acordo com a proposta em anexo”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

21. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS. -----

-----OUTROS ASSUNTOS-----

----- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Artur Feio**, que apresentou três assuntos. **O primeiro assunto** teve que ver com “alguma preocupação com uma onda de maior insegurança” na cidade de Braga manifestada por alguns cidadãos, relativa a alguns assaltos a viaturas, salientando a importância de refletir sobre essa questão, na tentativa de se perceber se é este “um problema pontual ou se é algo que deve levar a repensar as questões de segurança na cidade”. O **Presidente da Câmara** comunica que tem sido feita uma estreita articulação com a PSP e também com a GNR. Referindo que é “necessário fazer uma distinção, pois no caso de roubo de viatura não é um roubo comum, ou seja, verifica-se uma criminalidade organizada, onde existe um trabalho que é a PSP a desenvolver. Depois temos o que podemos considerar como pequena criminalidade, como assaltar uma loja, e aí sim, sempre que sinalizado um maior foco verificamos as condições de segurança, como a iluminação, etc. Existe um diálogo com a PSP, até por insistência destes, no “sentido de criação de sistemas de vídeo vigilância, nomeadamente nas zonas centrais da cidade, mas ainda avançamos”. **O segundo assunto** teve que ver com uma visita realizada ao Pavilhão de Vilaça e Fradelos que, segundo o mesmo, sendo um equipamento novo “apresenta sérias e graves patologias que inibem a sua utilização e o seu uso público”, alguns deles de construção, outros que eventualmente resultarão do projeto, dando o exemplo da obstrução da saída de emergência, de giestas e arvoredos, e de situações de entrada de água no pavilhão. Referiu ainda, o Vereador Artur Feio, que o equipamento é muito pouco frequentado, sendo

utilizado apenas pelo clube da terra e esporadicamente por alguns particulares, havendo a necessidade de criar uma sinergia com os clubes próximos, algo que ajudaria também a colmatar o problema da procura e oferta deste tipo de equipamentos no centro da cidade. A **Vice-Presidente, Sameiro Araújo**, bem como o **Administrador da SGEB**, informam que o problema do referido equipamento é “mesmo de localização e os problemas estruturais advêm daí, ou seja, este não deveria ter sido construído naquele local”. Em forma de resposta relativamente à pouca adesão no uso do pavilhão a Vice-Presidente informa que, “ao longo dos anos tem vindo a trabalhar no sentido de minimizar e rentabilizar equipamentos com pouca adesão”, que é o caso, de forma a ser frequentado por “clubes que não tenham onde treinar e a divulgar a disponibilidade do equipamento para formação, treinos, etc. **Quanto ao terceiro assunto**, trazido pelo Vereador Artur Feio, referiu um encontro realizado com os feirantes, na Feira da Alameda do Estádio, referindo que “a situação continua bastante complicada” e que obteve a informação de que “os feirantes foram avisados de que deixariam de ter a atividade na Alameda do Estádio e passaria a sua atividade a ser exercida junto do Estádio 1.º de Maio”, solicitando um esclarecimento quanto às licenças que os feirantes se encontram a pagar, cujos documentos fazem referência a um espaço junto ao Mercado Municipal como o lugar onde a atividade se desenvolve, o que confere a expectativa que a situação atual será algo temporal, sublinhando que, do ponto de vista da operacionalização mais burocrática, os serviços deveriam já ter atualizado essa questão. Referiu ainda um documento de dia 1/06/2020, assinado pelo Presidente da Câmara que citou da seguinte forma: “Uma vez ultrapassadas as condicionantes da pandemia, a Feira do Mercado retomará a sua atividade na Praça do Comércio, exclusivamente na rua traseira do Largo Conde de Agrolongo, tal como definido no projeto de requalificação do Mercado Municipal, que é de conhecimento de todos os operadores”; questionando, de seguida, se este documento é para cumprir ou não? Concluiu ao referir que dos “101 estão atualmente 41 feirantes a exercer a sua atividade “do mercado para a alameda, houve uma redução de cerca de 60/70% da faturação de cada um, ou seja, já é difícil a atividade comercial destas pessoas e que, naturalmente, a transferência para junto do 1.º de Maio, ainda mais dificuldades acarretará e alguns deles desistirão de uma vez por todas da atividade, e portanto, aquilo que nós temos de perceber é se existe essa consciência e como é que o município se comporta mediante à solução e responsabilidade que agora recusa.” O **Presidente da Câmara**, explicou que a feira terá de deixar a Alameda do Estádio devido à “intervenção de regeneração urbana a realizar pelo Sporting de Braga”. A lógica do Município é assim “congregar todas as feiras” junto ao Parque da Ponte, sendo que a feira do mercado, por ser mais pequena, não implicará o corte da estrada nacional. “O local tem todas as condições para acolher a feira”, lembrando que foi feita uma intervenção que

dotou o espaço de todas as condições, nomeadamente a nível de pavimento e sanitários. “Além de que é um local com bons acessos e servido por muitos transportes públicos”. O Presidente da Câmara, colocou de parte o regresso dos feirantes para junto do Mercado Municipal, em concreto para a rua entre o equipamento e as traseiras do Lar Conde de Agrolongo, que tem como única a entrada de viaturas através daquela artéria, é um dos motivos evocados para o não regresso da feira à Praça do Comércio. -----

----- A questão levada pela **Vereadora do PS, Maria Helena Teixeira**, prendeu-se com o estado da estrada que passa junto à praia Fluvial de Adaúfe. Segundo a mesma, “até ao Parque Industrial de Adaúfe tem havido intervenções, mas a partir daí não”. Trata-se de uma estrada com “uma grande extensão, onde se verifica um grande nível de degradação com vários buracos” e sublinhando ter conhecimento que a Junta de Freguesia já solicitou a nivelção do piso, questionando assim se isso está a ser equacionado. O **Presidente da Câmara** comunica que foi efetivamente priorizado o acesso ao parque industrial, não só pelo acesso às empresas, mas também porque era a zona mais degradada pela passagem de camiões, mas está a ser feito um estudo pois não existia projeto para o resto da via, afim de perceber se necessita de projeto ou de uma mera pavimentação. Dentro de algumas semanas já saberemos”. -----

----- Pela **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, foi solicitado um ponto de situação “tendo em conta as recentes preocupações trazidas a público pela ASPA relativamente à construção do hotel junto ao Edifício das Convertidas”, com o objetivo de perceber se a obra está parcialmente embargada, declarando igualmente a sua preocupação quanto à informação da DRCN que, segundo a mesma, dá conta de um incumprimento “daquilo que era a condicionante para a aprovação do projeto de elaboração e construção do hotel”. De seguida, questionou “como é que o dono da obra, sabendo que o seu licenciamento é condicionado ao cumprimento de determinadas medidas, as incumpe grosseiramente desta forma” e o motivo pelo qual se procedeu à demolição de um edifício que tem causado maior fragilidade de uma das paredes da capela. Solicitou ainda, sobre a construção de um parque subterrâneo, a confirmação da informação sobre a instalação de um equipamento que permitirá acompanhar e dar sinal caso algum deslocamento de terras se torne perigoso. Terminou questionando se existem planos para que o edifício passe para âmbito municipal. O **Presidente da Câmara** referiu que “nada do que tem sido feito do ponto de vista urbanístico, em matéria de embargos, ou das dúvidas suscitadas pela DRCN tiveram a ver com questões ligadas à salvaguarda do Edifício das Convertidas, tem a ver com a execução do projeto do hotel e daquilo que era estabelecido como normas de salvaguarda em relação ao espaço onde o hotel está a ser implantado e nada tem a ver

com o edifício”, sublinhando que se tem procurado minorar os impactos da obra sobre o Edifício das Convertidas. “Houve de facto uma desconformidade com aquilo que estava aprovado e sempre que isso acontece, neste ou noutro projeto, a Câmara atua.” Sobre a questão da propriedade, referiu que “as Convertidas pertencem ao Ministério da Administração Interna, está a ser negociado há 6 anos com a Direção Geral de Tesouro uma pergunta que envolve também as Convertidas com a CIM Cávado por causa do Palácio dos Biscainhos e aguardamos que Ministério da Administração Interna dê uma declaração para a Direção Geral das Finanças onde mencione que prescinde do edifício das convertidas para que ele seja incluído neste pacote de transação, o que ainda não aconteceu”. O **Vereador João Rodrigues** relativamente ao papel dos intervenientes neste assunto, Câmara Municipal e DRCN, quis esclarecer que existe “uma boa articulação e colaboração, mas muitas das vezes fica a ideia de que a DRCN é que se apercebe das situações e a Câmara apenas vai atrás. Pelo contrário quem se apercebeu da desconformidade, ou seja, o projeto não estava a ser feito em conformidade com o aprovado, e procedeu ao embargo foi a Câmara Municipal e não da DRCN”. -----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

----- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- A **cidadã Sameiro Lourenço**, em representação da associação APRILB (Associação de Pensionistas Reformados e Idosos de Lomar), solicitam resposta, quanto ao ponto de situação da cedência de terreno à associação para construção de Centro de Dia e Lar, uma vez que existe um “processo judicial por parte de um dos herdeiros que quer o terreno” e desde “junho de 2022 que não temos qualquer tipo de comunicação por parte do Município”. “Qual a precisão do desencravar desta situação? estamos a perder o PPR e não conseguimos fazer nada nem andar com o licenciamento da estrutura”. O **Presidente da Câmara**, informa que todo o processo foi legítimo e “relativamente ao processo judicial imposto pelo loteador não podemos fazer nada” e tem “conhecimento que os serviços municipais tentaram arranjar um outro terreno para satisfazer a pretensão da associação”. “O recente terreno proposto para cedência iria ser em contexto da revisão do PDM” e atualmente “aguardamos a revisão do PDM que é este ano”, ou seja, até ao último dia do presente ano, e assim “teremos condições para a cedência desse terreno à associação”. -----

----- Pelos **cidadãos José Machado e José Carvalho** foi trazido o assunto referente à colocação de placas de sentido proibido em três ruas junto ao parque de jogos Dr. Augusto Correia, na freguesia de Palmeira. Segundo o **cidadão José Machado**, “tudo isto para satisfazer alguns e para prejuízo dos

moradores e de todos aqueles que utilizam aquelas ruas, inclusive os TUB”. Dando também a conhecer “que quem o fez, ou mandou fazer, além de não auscultar os moradores também não deve conhecer as ruas” e deixou sugestões como, “sensibilizar os pais para não estacionarem em segunda fila” e existindo mais “fiscalização policial”, pois as “ruas são largas e não era necessário a colocação destes sinais”. Pelo **cidadão José Carvalho**, foi dado a conhecer que “estas alterações chegaram aos moradores através do jornal da paróquia” e onde referia “sendo um pedido efetuados pelos moradores”, isto “é falso, falso, falso”. Mostrando também o desagrado quanto à postura do presidente da junta de freguesia quando questionado sobre o assunto e tendo sido “feito um baixo assinado” sobre o assunto. O **Presidente da Câmara**, rececionou o referido baixo assinado e refere que esta “alteração de trânsito foi proposta pela junta de freguesia tendo sido validado pela Divisão de Trânsito e dos transportes urbanos, e sempre que isso acontece, é feito um período de monotorização de forma a perceber se os problemas causados são maiores ou não com a alteração efetuada. Caso o problema seja maior a situação tem de ser novamente analisada, caso não seja mantem-se as alterações efetuadas, e sim teremos em conta a vossa intervenção”. -----

----- Não havendo nada mais a tratar o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu por terminada a reunião. ----

ENCERRAMENTO: Às 11h e 40m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----

XIII MANDATO

ATA N.º 31/2023

Reunião ordinária pública de 06 de fevereiro de 2023

Ao sexto dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia 31 de janeiro de 2023, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

1. APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 29 E 30/2023, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021: **APROVADA A ATA N.º 29/2023. A ATA N.º 30/2023 FOI RETIRADA DA AGENDA PARA CORRIGIR A INFORMAÇÃO CONCERNENTE AOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO.** -----

- 2. PROCEDIMENTO CPR/AQ/08/22/DCP - FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL CONTINENTAL.** Presentes as seguintes propostas: “a) Submetem-se a ratificação do Executivo Municipal todas as propostas relativas ao **Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN)**, **Lote 2 - Baixa Tensão Especial (BTE)**, **Lote 3 – Média Tensão (MT)** e **Lote 5 – Iluminação Pública (IT)**, constantes no ponto 3.º da informação de abertura do procedimento em epígrafe, aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, em 09 de dezembro, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; b) Submete-se a ratificação a **decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato** tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 30 de dezembro de 2022, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; c) Submete-se igualmente a ratificação a **aceitação da alteração do valor contratual e a aprovação da minuta alterada do contrato**, tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, em 24 de janeiro de 2023, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**
- 3. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEREDO”.** Presente a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, **da fórmula de revisão de preços** proposta pela Entidade Executante, da empreitada mencionada em epígrafe, nos termos do previsto no artigo 3º do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

4. EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR” CONCURSO PÚBLICO: CPE.17.22. DMOSM – CONTRATAÇÃO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente de 31 de janeiro de 2023 que aprovou a decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos, **alteração do mapa de quantidades, retificação do programa do concurso e prorrogação do prazo para apresentação das propostas**, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

5. EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO TÚNEL RODOVIÁRIO DA AVENIDA” - CONCURSO PÚBLICO: CPE.14.22. DMOSM – CONTRATAÇÃO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente de 31 de janeiro de 2023 que aprovou a decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos, alteração do mapa de quantidades, inclusão de peças do procedimento, retificação do programa do concurso e prorrogação do prazo para apresentação das propostas, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

6. REGULAMENTO DE INCENTIVOS À NATALIDADE E À ADOÇÃO - PROGRAMA “BRAGA MAIS FAMÍLIA”. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, tendo em vista a **aprovação da Assembleia Municipal da redação final do Regulamento de Incentivo à Natalidade e à Adoção – Programa «BRAGA MAIS FAMÍLIA»**, em anexo, ao abrigo do

artigo 241.º da CRP e do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos termos da alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013 e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” Durante a deliberação da proposta, a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, afirmou que é necessário repensar a estratégia desta medida de incentivo à natalidade e adoção, equacionando se seria adequado discriminar os apoios oferecidos em função dos rendimentos das famílias, e que se deveria criar um plano de apoio mais integrado que contemple apoios às famílias de acesso às creches e habitação. Por seu turno, a **Vereadora da CDU, Bárbara de Barros**, sugeriu que a verba do programa deve ser reforçada ao longo dos anos e opinou que o plano de incentivo à natalidade e adoção deveria contemplar apoios ligados ao acesso às creches para menores de 3 anos, habitação, saúde e vacinas que não estão incluídas no plano nacional de vacinação. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

7. REGULAMENTO DE APOIOS À CULTURA | REGULAMENTO BRAGA CULTURA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal a **aprovação do início do procedimento regulamentar**, relativo ao **Regulamento de Apoios à Cultura do Município de Braga**, nos termos do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE** -----

8. REGULAMENTO DO PROGRAMA BRAGA SOLIDÁRIA - CONSULTA PÚBLICA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, **abertura do período de consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis**, nos termos previstos no art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o Projeto de regulamento do Programa Braga Solidária.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA.** -----

9. PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO METROPOLITANO DE GAZIANTEP, REPÚBLICA DE TURQUIA E MUNICÍPIO DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à

consideração do Executivo Municipal o **protocolo de geminação a celebrar entre o Município de Braga e o Município Metropolitano de Gaziantep**, República de Turquia”. Durante a deliberação da proposta, o **Vereador Ricardo Sousa** solicitou a alteração de um trecho de texto que refere que as cidades “partilham os mesmos valores sociais, culturais e políticos”, por discordar do mesmo. Por seu turno, a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, solicitou a eliminação desse parágrafo. A deliberação de voto, da referida proposta, foi efetuada de acordo com as retificações solicitadas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

10. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO.

Presente a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a **Liga Portuguesa Contra o Cancro**, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

11. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO ROSA VIDA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a **Associação Rosa Vida**, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS CIDADÃO” E /OU O PROJETO DE “ATENDIMENTO MUNICIPAL NOS ESPAÇOS CIDADÃO. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, e a minuta de acordo de cedência de posição contratual, nos termos da leitura conjugada do n.º 1 do art.º 23.º, alínea k) do n.º 1 do art.º 25.º e alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar nos termos e de acordo com proposta em anexo.” Durante a deliberação da proposta, foi reportado pelo **Vereador do PS, Artur Feio**, a existência de dúvidas e necessidade de esclarecimentos aos Presidentes de Junta, no que diz respeito interpretação do disposto na sua “Cláusula Nona” sob epígrafe “Responsabilidade civil”, que expressamente prevê que “são da responsabilidade da Freguesia os prejuízos causados a terceiros no âmbito do presente contrato de delegação de competências.” O Presidente da Câmara informou que será solicitado um esclarecimento ao Departamento Jurídico e fará chegar aos Presidentes de Junta. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

13. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AUTO N.º ARSN_015/2023, A CELEBRAR ENTRE MINISTÉRIO DA SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE, I.P. E A CÂMARA

MUNICIPAL DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: “Submete-se Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da saúde – Ratificar o Auto de Transferência, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.” **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, E VOTO CONTRA DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS.**-----

14. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – FREGUESIAS. Presentes as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art.º 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 15º, ambas da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual: **a) Freguesia de Adaúfe**, no valor de **7.500,00€**, para fazer face às crescentes despesas associadas ao funcionamento e gestão da praia fluvial; **b) Freguesia de Padim da Graça**, no valor de **5.445,00€**, para fazer face às despesas associadas a melhorias concretizadas no Parque de Lazer do Quintalejo; **c) Freguesia de Sobreposta**, no valor de **92.022,51€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para “Obras de Beneficiação no Complexo da Piscina - Sobreposta - (Reforço de Verba)”; **d) Freguesia de Sobreposta**, no valor de **8.487,00€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para a obra de “Requalificação do Adro da Igreja e Construção de Casas de Banho de Apoio à Igreja e Cemitério – Honorários/Projeto”; **e) Freguesia de Sobreposta**, no valor de **41.550,80€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para a obra de “Requalificação da Sede da Junta – Trabalhos Complementares”; **f) Freguesia de Sequeira**, no valor de **2.977,37€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para “Trabalhos de Manutenção do Equipamento de Fitness – Rua do Barrio”; **g) Freguesia de Sequeira**, no valor de **3.072,63€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para “Trabalhos de Manutenção dos Equipamentos de Fitness – Rua da Granja”; **h) Freguesia de Padim da Graça**, no valor de **7.243,47€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para “Trabalhos realizados nas Infraestruturas Elétricas e Telecomunicações da EB1 de Stº António”; **i) Freguesia de Tadim**, no valor de **15.370,00€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para a Correção das Infiltrações na Sede da Junta; **j) União das freguesias de Escudeiros e Penso (Stº Estevão e São Vicente)**, no valor de **1.745,00€**, (incluído o valor do IVA à taxa legal) para a

substituição do aparelho de ar condicionado na Sede da Junta de Escudeiros; **k) União das freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede**, no valor de **25.694,40€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para a obra de Requalificação do Recreio da EB1 de Este S. Mamede; **i) União das freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos**, no valor **1.000,00€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para apoio à Pintura da Sala 3 e Refeitório do J.I de Frossos; **m) União das freguesias de Lomar e Arcos**, no valor de **922,50€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para o Parque Infantil do Loteamento do Ventoso – Lomar (Honorários/Fiscalização); **n) União das freguesias de Lomar e Arcos**, no valor de **23.972,85€** (incluído o valor do IVA à taxa legal), para a Substituição do Telhado – Jardim de Infância de Lomar; **o) União das freguesias de Maximinos, Sé e Cidade**, no valor de **10.000,00€**, destinado a apoiar a “Aquisição de Viatura”; **p) União das freguesias de Arentim e Cunha**, no valor de **4.188,69** destinado a Manutenção do Parque Infantil e de Fitness – Arentim; **q) União das freguesias de Crespos e Pousada**, no valor de **4.959,74 €**, destinado a apoiar a obra de reposição de passeios no Loteamento de Pousada – Rua do Monte.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E REMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

15. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIROS AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA. Presente a seguinte proposta: “Para **ratificação**, submete-se a decisão da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 19 de janeiro de 2023, que aprovou a atribuição de um apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas/Escola Não Agrupada no valor de **13.737,88€**, para fazer face a despesas com eletricidade, conforme quadro em anexo, nos termos do n.º 1 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, e ao abrigo do n.º 1 do art.º 11.º da Lei n.º 58/2018, de 16 de agosto, tudo de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 33.º e da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

16. OUTRAS ISENÇÕES/REDUÇÕES/TAXAS. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º, - Conhecimento, mapa em anexo.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E DAR CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

17. PEDIDO DE ISENÇÕES – INDEFERIMENTO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código

Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo dos n.ºs .1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º - Proposta de indeferimento, mapa em anexo.” **DELIBERADO INDEFERIR POR UNANIMIDADE.** -----

18. APOIOS FINANCEIROS – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2022/2023. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, n.º 1 e 2, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o **Município de Braga 2022/2023:** **a) Este Futebol Clube** no valor de **3.000,00€** (apoio às áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades); **b) Merelinense Futebol Clube** no valor de **30.897,00€** (apoio às áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades); **c) Associação Desportiva e Cultural de Nogueiró e Tenões** – no valor de **10.000,00€** (apoio às áreas de formação, fomento e sensibilização para as diferentes modalidades).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

19. APOIOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que tem por objeto a atribuição de apoios financeiros com as seguintes entidades, de acordo com o artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais e nos termos do n.º 2 do art.º F-1/3, do CRMB: **a) Grupo Canto d’Aqui**, no valor de **35.000,00€**, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **b) Associação Musical Sinfonietta de Braga**, no valor de **63.000,00€**, a pagar em três prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de junho, a terceira a 30 de novembro; **c) A.M.T.M - Projet’arte na Tradição, Associação**, no valor de **14.000,00€**, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **d) Associação Cultural e Recreativa Fado Com Arte**, no valor de **2.000,00€**, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

20. NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA (inclu)IR - FÉRIAS INCLUSIVAS DA PÁSCOA DO MUNICÍPIO DE BRAGA. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as Normas de Participação no Programa (inclu)IR – Férias inclusivas da Páscoa.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

21. NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA “BRAGA ROMANA” - EDIÇÃO 2023. Presentes as seguintes propostas: “**a) NORMAS DE PARTICIPAÇÃO - ARTESÃOS, MERCADORES E MÍSTICOS:**

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as Normas de Participação de Artesãos, Mercadores e Místicos, destinadas a regular o funcionamento do Mercado Romano, no âmbito da edição 2023 da “BRAGA ROMANA”; **b) NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – ÁREA ALIMENTAR:** Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as Normas de Participação – Área Alimentar, destinadas a regular o funcionamento do Mercado Romano, no âmbito da edição 2023 da “BRAGA ROMANA”. **c) NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, MOVIMENTO ASSOCIATIVO E INSTITUCIONAL:** Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as Normas de Participação – Estabelecimentos de Ensino, Movimento Associativo e Institucional, destinadas a regular o funcionamento do Mercado Romano, no âmbito da edição 2023 da “BRAGA ROMANA”. **d)** Submete-se ainda proposta para aprovação dos preços a aplicar aos mercadores da edição 2023 da BRAGA ROMANA, constantes das normas de participação Artesãos, Mercadores e Místicos e Área Alimentar.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM OS VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, E COM A ABSTENÇÃO DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA,, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA, E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS. ----**

22. NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CONCURSO “SONHOS NOS PÉS”. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as Normas de Participação do Concurso “Sonhos nos pés”.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

23. RECOMENDAÇÃO DA CDU – INCLUSÃO DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA BRAGA GUIMARÃES NO PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL (PFN) DO GOVERNO. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, recomendação apresentada pela CDU, que segue em anexo.” **DELIBERADO NÃO APROVAR POR MAIORIA COM O VOTO A FAVOR DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS, VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PS, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, ADOLFO AUGUSTO MARTINS CRUZ MORAIS MACEDO, MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E DA VEREADORA DA CDU BÁRBARA SECO DE BARROS E ABSTENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, ALTINO**

BERNARDO LEMOS BESSA, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. -----

24. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.

Foram propostos pelo Presidente da Camara os seguintes votos de louvor: -----

- VOTO DE LOUVOR AO ATLETA GUILHERME GONÇALVES, pela que se sagrou Campeão da Europa na prova de Kumite Junior (-68kg), em Lanarca, no Chipre, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

- VOTO DE LOUVOR AOS ATLETAS MARIANA MACHADO, LIA LEMOS, JÉSSICA AUGUSTO E MASELU BERHE, pela conquista da medalha de bronze em Orepesa del Mar, Espanha, bem como ao Sporting Clube de Braga, pelo seu trabalho na formação de atletas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

- VOTO DE LOUVOR A LUÍS MIGUEL MARTA, professor de Educação Física no Agrupamento de Escolas de Carlos Amarante e diretor técnico de desporto adaptado no Sporting Clube de Braga, pela conquista do Prémio «Ética no Desporto 2022», atribuído pelo Instituto Português do Desporto e Juventude e por todo o trabalho promovido pelo desporto adaptado e pela inclusão do cidadão portador de deficiência.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE-----**

-----OUTROS ASSUNTOS-----

----- Pelo PRESIDENTE DA CÂMARA, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o Vereador do PS, Adolfo Macedo, que afirmou ter sido interpelado por várias pessoas relativamente àquilo que é percebido por essas como um “corte indiscriminado de árvores na cidade”, com especial relevância na rua 31 de janeiro e Frei Caetano Brandão, admitindo que conhece os problemas fitossanitários na cidade e solicitando a confirmação de que esses cortes estão a ser feitos baseados em relatórios técnicos. Questionou igualmente o motivo pelo qual as razões desses cortes não são comunicados às pessoas, através da comunicação social. Por fim, questionou sobre o motivo de ainda existirem troncos expostos de árvores que foram cortadas há anos. Em forma de resposta, o **Vereador Altino Bessa** referiu que “os serviços identificam as árvores e realizam pareceres técnicos sobre as mesmas”. Quando exista um parecer técnico que evidencie um potencial perigo para pessoas ou bens, não contrariará esse parecer e procederá à substituição das mesmas. Referiu ainda que as

árvores já foram todas substituídas, podendo existir situações em que tal não tenha acontecido, mas que essa não será a generalidade. Mencionou ainda ter “reunido com vários munícipes e com o Presidente da Junta não tendo constatado nenhum pânico”. Por fim, afirmou que numa ou noutra situação poderão ser realizadas comunicações sobre as intervenções, como poderia ter acontecido no caso em concreto, mas que quando se trata de uma gestão normal do funcionamento da Câmara não há propriamente uma necessidade de estar sempre a comunicar. -----

----- Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio, onde apresentou cinco questões. A primeira** questão teve que ver com o cemitério de Mire de Tibães, relativo à falta de espaço para colocação de campas e para quando nova obra. Segundo o **Vereador João Rodrigues**, existe preocupação, por parte das populações com a falta de campas, querendo perceber se existe um compromisso para encontrar uma solução, nomeadamente com o alargamento a terrenos contíguos do cemitério, através de um processo de expropriação, solicitando um compromisso para que, ainda em 2023, esse processo fosse resolvido para avançar com o novo cemitério. **A segunda questão:** se o Município já levantou o embargo da obra junto ao palácio Dona Chica e se as obras já estão a avançar dentro da legalidade, tendo em conta que o edifício está numa zona de proteção especial do palácio. De seguida, apresentou a sua **terceira questão**, mencionado que existe a promessa, desde 2015, de construir uma cobertura provisória na EB1 de Ortigueira, freguesia de Palmeira, para permitir aos estudantes praticar atividade física ao ar livre. Referiu que, neste momento, não existe nenhum espaço que o permita e questionou se o projeto existe ou se está a ser levado a cabo. Relativamente à **quarta questão**, referiu que na EB1 e JI Brácara Augusta urge uma proteção, ainda que amovível, de carácter provisório, para proteger as crianças quando saem das salas e vão ao WC, no outono e no inverno, já que atualmente não existe nenhuma proteção. Quanto à **quinta questão**, solicitou um ponto de situação sobre a dissolução da SGEB, afirmando que existem vários equipamentos que deveriam ser alvo de intervenção, não existindo resposta por parte dos empreiteiros e verificando-se uma “alienação de responsabilidades” e “falta de diálogo com os presidentes de junta.” Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que, em resposta à **primeira questão**, afirmou que o Presidente da Junta tem estado diretamente envolvido em todos os passos deste processo e saberá que aquilo que retardou a encontrar uma solução foi de facto de qualquer uma das soluções se encontrar nas zonas de proteção do Mosteiro, portanto careceu da aprovação do Ministério Nacional da Cultura para a viabilização das soluções do projeto que foi apresentado. Essa aprovação, embora não tendo sido comunicada formalmente, já foi obtida, já produzimos a avaliação para concretizar a expropriação e iremos avançar com a tramitação e o nosso plano é que seja concluída até 2023. Sobre a **segunda questão**, falou o

Vereador João Rodrigues, informou que o embargo foi levantado com efeito automático e que se está a licenciar a obra. Para adereçar a **terceira questão**, tomou a palavra a **Vereadora Carla Sepúlveda**, que transmitiu que a informação de que dispõe é que está a aguardar a conclusão do projeto e que para o início do próximo ano letivo estará essa solução já terminada. Endereçou igualmente à **quarta questão**, afirmando que foi já feita uma reabilitação dos WC, há muito pouco tempo, e brevemente serão colocados os painéis para a cobertura, em conformidade com aquele que foi o compromisso com a Sr. Diretora da escola. Sobre a **quinta questão**, o **Presidente da Câmara** respondeu que a Lei do Orçamento de Estado obrigou à adoção de um modelo diferente daquele que estava a ser adotado para a liquidação do SGEB, o que obrigou a reformular os dossiês de avaliação de todo o processo, da instrução jurídica e à discussão com o privado. Referiu também que nas próximas semanas haverá novidades sobre essa matéria. Relativamente à questão da manutenção, afirmou não haver nenhum descuido ostensivo e que têm havido várias intervenções que derivam dos vários pedidos das juntas de freguesia ou dos clubes, algumas delas profundas, mas que pode haver um ou outro caso sem resposta, devido à existência de diversos pedidos. -----

-----**INTERVENÇÃO AO PÚBLICO**-----

----- Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O **cidadão José Machado** solicitou o parecer do Presidente da Câmara sobre a questão que resultou num abaixo assinado dos moradores, relativo a medidas de trânsito na freguesia de Palmeira, que foi entregue ao Presidente da Câmara, na reunião de dia 23 de janeiro de 2023, acrescentando que “continuamos cercados na localidade, só podemos sair para a nacional e mais nada.” O **cidadão José Carvalho** acrescentou, sobre o mesmo assunto, que durante o dia o trânsito é reduzido, piorando entre as 18h e as 21h, e que as estradas são largas e dava perfeitamente para passar dois carros nos dois sentidos, sendo que, segundo o mesmo, a colocação daqueles sentidos proibidos “parece uma afronta aos moradores”. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que referiu que o que disse há 15 dias foi que “o pedido iria ser analisado pelos serviços técnicos de mobilidade da câmara”, que estão a analisar e até ao momento não entenderam que existe justificação para fazer a alteração para ocorrer àquilo que foi solicitado no abaixo assinado. Terminou informando que “a situação está em avaliação e vai continuar em avaliação. Não havendo alteração da opinião a situação irá manter-se tal como está”. -

----- A cidadã **Ana Sameiro** iniciou a sua intervenção entregando um documento ao Vereador do PS, Artur Feio, que, segundo a mesma, prova que à presente data já não deve nada à Bragahabit, e

solicitou que o mesmo fosse mostrado ao Presidente da Câmara. Ato contínuo, referiu que já tem marcado presença em várias reuniões para pedir que lhe arranjam a casa, porque não pode continuar a viver na situação em que vive. Acrescentou que “a casa é da Câmara, o Presidente da Câmara tem obrigação de mandar arranjar”, e que na BragaHabit lhe informaram que só o fariam quando pagasse a renda e quando houvesse concurso, afirmando que tal informação não era verdadeira porque nenhum empreiteiro quer trabalhar com a BragaHabit. Terminou dizendo que não deve nada à BragaHabit e questionado “quando é que me vai arranjar a casa”? **O Presidente da Câmara** informou que a obra vai a concurso no âmbito do programa do primeiro direito, que, como foi anunciado, já houve intervenções a concurso para o Bairro das Andorinhas, cujas obras vão começar para a semana. A seguir será a Praça Padre Sena de Freitas, que também serão abrangidas pelo mesmo concurso e serão efetuadas pelos empreiteiros. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** começou por felicitar os vereadores pelo Programa Férias Inclusivas e apelou para que se continuem a sentar à mesa para frutificar tudo o que diga respeito a esta temática. De seguida, referiu ter reunido com os **Vereadores Artur Feio, Bárbara Barros e Carla Sepúlveda** sobre questões de aquecimento nas escolas no concelho, referindo que a imprensa refere que a Escola EB23 de Nogueira se encontra sem aquecimento desde dezembro, e que teve acesso à informação que em Braga Oeste, há uma escola com alguns aquecedores a óleo em algumas salas, e no caso dos pré-fabricados essa situação dura há cerca de 20 anos. Solicitou saber o que tem sido feito pela Câmara para apurar as necessidades de manutenção e de aquecimento. De seguida, referenciou uma infraestrutura, a alguns metros da EB1 de Gandra, que se encontra degradada e que precisa de uma pintura, bancadas, luzes, substituição das tabelas de basquetebol, limpeza de acessos e manutenção das vedações, questionando se está prevista alguma intervenção. De seguida, questionou se existe alguma requalificação prevista do parque infantil de Adaúfe, junto à EB1 de Eira Velha. Perguntou igualmente se existe alguma requalificação prevista para o parque infantil na Rua Fialho Almeida, em Ferreiros, que se encontra praticamente desmantelado. Por fim, referiu ter detetado que o parque infantil da Praça Bocage precisa de manutenção tendo notado umas falhas nas estruturas de madeira que dão acesso a um escorrega, que, no seu entender, “parecia um bocado perigoso”, solicitando uma verificação por parte dos serviços à Sr.^a Vereadora. **O Presidente da Câmara** referiu sobre parque de Adaúfe, referiu que está prevista uma delegação de competências na Junta de Freguesia. Quanto ao parque de Ferreiros, informou que os espaços serão requalificados não para parque infantil, mas para outro uso em articulação com a Junta de Freguesia, o que está previsto é a criação de um novo parque na Quinta dos Apóstolos. Sobre o aquecimento, referiu sobre Nogueira

e também Sobreposta, onde havia uma caldeira antiga a necessitar de reparação que não foi possível porque as empresas informaram que não foi possível encontrar peças de substituição, que serão instaladas novas caldeiras em ambos os locais. Sobre a escola EB 23 de Nogueira, aludiu que além da nova caldeira, será importante também promover uma alteração do sistema elétrico para comportar o novo equipamento e será resolvida a situação nos próximos dias. Interveio, de seguida, a **Vereadora Carla Sepúlveda** para dar conta que a situação de Nogueira teria ficado resolvida nesse mesmo dia, que a de Sobreposta também já havia sido resolvida, e que “quanto a Braga Oeste, a não ser a chamada de atenção realizada nesse momento, não recebeu qualquer informação e que teve o cuidado de ligar à diretora de agrupamento, que não reportou qualquer necessidade de aquecimento de maior”. -----

----- Não havendo nada mais a tratar o **PRESIDENTE DA CÂMARA**, deu por terminada a reunião. ----

ENCERRAMENTO: Às 11h e 35m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções na Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----